

Sem acordo, só hoje será votada reforma agrária



Centrão e progressistas reuniram-se ontem durante 10 horas, e hoje continuam tentando acordo sobre as divergências

A falta de acordo — depois de dez horas de reunião — entre o Centrão e a ala progressista da Constituinte para a votação do Capítulo da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária impediu ontem as votações da Constituinte. Hoje de manhã, os dois grupos voltam a se reunir na liderança do PMDB na Constituinte e garantem que se não chegarem a um ponto comum suspendem a negociação e decidem, à tarde, no voto.

Esta última hipótese é a mais provável, na opinião de alguns constituintes presentes à reunião. "Não é mais possível tentar um acordo", assegurava o deputado José Genoino (PT-SP). O deputado Afif Domingos (PL-SP) — um dos articuladores do Centrão —

salientava que de uma maneira geral "as opiniões estão muito divididas, sendo impossível chegar a um consenso".

De concreto, os dois grupos terão sobre a mesa de negociações duas propostas divergentes: a do Centrão, que não admite qualquer tipo de desapropriação para fins de reforma agrária em terras produtivas e as dos progressistas, que admite a desapropriação quando a área produtiva não cumprir sua função social, nos termos estabelecidos em lei.

Para a ala progressista, se sua proposta não for aceita não existe mais possibilidade de negociação. O autor da sugestão, deputado Aldo Arantes (PC do B), afirma que "qualquer coisa menos" significa a aprovação de um texto constitucional "pior do que temos hoje". Reconhecendo a cisão do grupo, um dos líderes do Centrão, deputado José Lins (PFL-CE), prefere não avaliar a hipótese de confronto, afirmando que "é necessário tentarmos fechar o acordo".

Dia agitado nos bastidores

Durante todo o dia, após cada rodada de negociação, os participantes de ambos os lados repetiam: "Está quase tudo acordado; falta apenas uma coisinha". O acordo em torno do capítulo da reforma agrária, porém, não fechava. E que a tal "coisinha" é justamente o ponto central das divergências nas duas concepções de reforma agrária: a terra produtiva pode ou não ser desapropriada?

De um lado, o deputado Roberto Centrão e da UDR, proclamava: "Garantam a terra produtiva e redijam como quiserem o resto do texto da reforma agrária". De outro, respondia o deputado José Genoino: "Sem terra produtiva, não há reforma agrária".

Em outras questões polêmicas, como a definição da função social, encontrou-se uma fórmula de entendimento. Mas todas as negociações esbarraram na questão da terra produtiva. As correntes tidas como progressistas negociavam com uma posição unitária. Já o Centrão estava dividido entre os que insistiam em buscar um acordo na mesa de negociação e os que descartavam qualquer entendi-

mento. Seus integrantes tentaram, sem êxito, chegar a uma posição unitária nas reuniões feitas numa sala reservada da Biblioteca da Câmara.

Mesmo na mesa de negociações, o Centrão exibiu divergências e descoordenação. O deputado Ricardo Fiúza, por exemplo, surpreendeu seus adversários ao fazer uma proposta de entendimento mais avançada do que as reivindicações das esquerdas. Mas, no ato, foi desautorizado pelo deputado José Egreja e por outros negociadores do Centrão que classificaram de "absurda".

No final da tarde, o senador Fernando Henrique Cardoso, acompanhado da deputada Sandra Cavalcanti e do assessor jurídico Miguel Realle Junior, foi até ao local de reunião do Centrão tentar um acordo. Não teve êxito. Nas questões tidas como não essenciais, o entendimento avançava, mas continuava o impasse com relação à inclusão ou não das terras produtivas na reforma agrária. A saída da reunião, Fernando Henrique disse, mais uma vez, que "só falta uma coisinha para o entendimento".

Briga na terra produtiva

Carmem Kozak

A desapropriação de terras produtivas é, no momento, o único ponto que impede o acordo entre o Centrão e a ala progressista na Constituinte. Logo nas primeiras horas da reunião, os dois grupos acabaram com as outras divergências que se resumem ao pagamento de justa e prévia indenização, em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até 20 anos, dos imóveis rurais desapropriados; e a indenização em dinheiro das benfeitorias úteis e necessárias.

Esses acertos foram frutos de uma troca, já que o texto da Comissão de Sistematização previa o pagamento de indenização e não estabelecia que era prévia e justa, enquanto o do Centrão determinava a indenização em dinheiro de todas as benfeitorias. Nessa permuta, os progressistas saíram em vantagem, pois ficam excluídas de indenização benfeitorias como piscinas, mansões ou qualquer outro tipo de obra que não seja imprescindível para a produtividade.

Outro acordo parcial que foi firmado diz respeito à definição de função social, que na futura Constituição passará a ser condicionante do direito de propriedade. A função social, de acordo com o texto da Comissão de Sistematização, é cumprida desde que a propriedade seja adequadamente aproveitada, explorada de modo a preservar o meio ambiente, observadas as disposições gerais que regulam as relações de trabalho, sua exploração favoreça o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores. Para assegurar o direito da propriedade é exigido o cumprimento simultâneo destes quatro quesitos, do con-

trário e terra ficaria sujeita à desapropriação.

Como forma de proteger a propriedade produtiva e dificultar a desapropriação, o Centrão apresentou a proposta de que a simultaneidade obedecesse uma graduação estabelecida em legislação complementar. Nesse caso, ficaria assegurado o direito sobre terra que tenha produção parcial em virtude da preservação do meio ambiente, ou aquela que por erro técnico não conservou os recursos naturais.

A ala progressista aceita essa graduação, mas põe na mesa de negociação outra condicionante de que a proposta do deputado Aldo Arantes (PC do B-GO). Ela estabelece que será passível de desapropriação a terra produtiva que não estiver cumprindo sua função social. Isso, na verdade, representa uma reiteração da intenção inicial dos progressistas, pois admite a desapropriação de, por exemplo, uma área de 500 hectares onde são cultivados ou rentáveis apenas 20.

Para o Centrão isso é inaceitável. Além da graduação estabelecida em lei para o cumprimento da função social, o grupo quer que o futuro texto constitucional determine apenas que a propriedade produtiva é insusceptível de desapropriação para fins de reforma agrária. Um dos líderes do Centrão, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), chegou a apresentar uma proposta admitindo que essa possibilidade fosse analisada em lei complementar. Mas o grupo reagiu imediatamente, com o deputado José Egreja (PTB-SP) taxando de absurda a sugestão que, se fosse mantida na mesa seria, provavelmente, a base do acordo entre as lideranças na Constituinte.

Divergências

Centrão

Art. 217
§ 5º — São insusceptíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, nos termos da lei:
II — A propriedade produtiva;

Progressistas

Art. 217
§ 5º — São Insusceptíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, nos termos da lei:
II — A propriedade produtiva que estiver cumprindo sua função social, nos termos definidos em lei.

Pontos negociados

Art. 216

Parágrafo único — A função social é cumprida quando, a propriedade cumprir, simultaneamente, os seguintes requisitos, segundo critérios e graus estabelecidos em lei.
I — é adequadamente aproveitada;

II — é explorada de modo a preservar o meio ambiente;

III — o proprietário observa as disposições gerais que regulam as relações de trabalho;

IV — a exploração favorece o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores.

Art. 217

Compete a União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária o imóvel que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia indenização pelo justo valor, em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
§ 1º — As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

Ulysses nega ser contra voto do menor

Três dias depois de anunciar, no Rio de Janeiro, o interesse da cúpula partidária em ver derrubado no segundo turno de votação da Constituinte o direito de voto aos 16 anos, o deputado Ulysses Guimarães negou ontem suas declarações. Interpelado pelo deputado Hermes Zanetti, autor da emenda que instituiu o direito de voto aos 16 anos, o presidente do PMDB e da Constituinte negou que tenha feito qualquer declaração contra a manutenção daquele dispositivo na futura Constituição.

Tranquilizado pelo presidente do PMDB, o deputado gaúcho lembrou que a disposição constitucional de facultar o voto para o jovem de 16 anos foi aprovada por 355 votos contra 98 e 38 abstenções.

Zanetti afirmou que conversou com o deputado Ulysses Guimarães na presença do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, tendo recebido a delegação de fazer o desmentido através de um pronunciamento na tribuna da sessão da Câmara dos Deputados, realizada ontem de manhã. Com isso, Zanetti considerou "tranquilizado, porque não poderia admitir que o PMDB, sendo o partido da esperança, possa adotar a iniciativa de frustrar a expectativa da juventude brasileira de participar do processo político".

PFL faz sua convenção após a Carta

A Executiva Nacional do PFL decidiu ontem, por unanimidade, adiar para 15 dias, após o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, sua convenção, convocada para o próximo dia 15, no interesse da unidade partidária.

Na oportunidade, a cúpula pefelista fez ainda balanço das últimas convenções municipais, chegando à conclusão de que o partido já conta com 3.500 diretores, montados nos 4.200 municípios brasileiros. Durante o encontro, o presidente Marco Maciel, apesar de ter sido atacado pelo líder José Lourenço, em entrevistas públicas nos jornais, fez questão de tratá-lo com toda a amabilidade, quando os jornalistas e fotógrafos tiveram acesso ao local em que se realizava a reunião.

Ao chegar, entre ríspido e brincação, Lourenço indagou do secretário-geral Saulo Queiroz, que tem anunciado, através dos jornais, a intenção de fundar novo partido: "O que você está fazendo aqui?".

Saulo respondeu: "Não sei do partido, você está mal-informado. É que há sempre distância entre a intenção e o ato".

O presidente do partido, senador Marco Maciel, anunciou que o PFL, "por unanimidade de seus membros, adiou a convenção para 15 dias após a promulgação da nova Constituição. Isto significa dizer que ela somente deverá ser realizada entre julho e agosto. Não creio no encerramento dos trabalhos da Constituinte antes de julho, porque ainda não concluímos a votação do primeiro turno".

Abaixo-assinado
A bancada do PFL na Câmara Federal, rejeitou a idéia de um abaixo-assinado de apoio ao ex-líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli (RS). Segundo o deputado Inocêncio de Oliveira (PE), vice-líder do partido, a idéia era da deputada Sandra Cavalcanti (RJ) que tentou a coleta de assinaturas dos deputados em documento de apoio ao senador Chiarelli.

Inocêncio de Oliveira disse que a bancada do partido na Câmara achou que como se tratava da liderança no Senado, o apoio só deveria ser dos senadores e não havia razão para esse apoio ser dado também pelos deputados, que são da outra Casa Legislativa — Câmara.

UDR toma conta do Congresso para pressionar votação

Luiz Eduardo Costa

O lobby da UDR invadiu as dependências do Congresso Nacional ontem. Senhores e senhoras circularam pelos corredores com uma fita verde e amarela no peito num trabalho que o presidente da entidade, Ronaldo Caiado, definiu como "corpo-a-corpo" junto aos parlamentares. Segundo Caiado, 3 mil produtores rurais foram mobilizados em todo o País para vir a Brasília acompanhar a votação da reforma agrária.

O trabalho de pressão aos constituintes começou há 45 dias e foi intensificado ontem, de acordo com o líder da UDR, quando parlamentares de todos os estados, exceto os da esquerda, foram contatados pelos produtores. Ronaldo Caiado afirma que 400 constituintes foram abordados pelos membros da entidade até ontem num trabalho que ele já considerava esgotado, mas mesmo assim participava ativamente de toda negociação para se chegar a um texto que garantisse a maioria no plenário.

Os membros da UDR também encheram as galerias da Câmara para acompanhar a votação, uma demonstração de força que não se via na Constituinte desde a votação do mandato presidencial e do sistema de Governo. A cúpula da entidade, porém, ficou concentrada no auditório da liderança do PMDB na Constituinte, onde acompanhava de perto as negociações. Na linha de frente estavam Ronaldo Caiado e o

presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes.

Bode expiatório
Enquanto aguardava as negociações que se desenvolviam no gabinete do senador Mário Covas (PMDB-SP), Ronaldo Caiado, consultado a toda hora por assessores e parlamentares que estavam negociando, enumerava as condições em que aceitaria um acordo. Ele não abre mão que as terras produtivas fiquem fora das normas que estabelecem a desapropriação para fins de reforma agrária e é contra que a propriedade seja subordinada à sua função social, justamente as teses que as esquerdas não abrem mão. Ronaldo Caiado acredita que a agricultura está sendo "um bode expiatório" dos problemas que acontecem no País e garante que há duas áreas interessadas em "destruir o setor": os que querem causar uma convulsão social e os importadores de alimentos.

Acompanhando com muita atenção e curiosidade as negociações, estava Aluisio Guimarães, um dos 3 mil membros da UDR que vieram a Brasília. Ele tem duas fazendas que totalizam 420 alqueires, uma em Planaltina de Goiás, e outra em Padre Bernardo, municípios goianos próximos a Brasília. Aluisio Guimarães diz que tem 1.500 cabeças de gado e é favorável a uma negociação que atenda às duas partes. Garante também que não se importa que sua terra seja desapropriada, desde que a indenização seja em dinheiro.

Josemar Gonçalves



UDR trouxe muita gente para um corpo-a-corpo com parlamentares

Trabalhador apela às bases

Com uma representação mais modesta do que a UDR — apenas 50 representantes de 19 entidades — os trabalhadores rurais também fizeram lobby ontem na Constituinte. Em vez do trabalho de convencimento junto aos parlamentares, eles preferiram concentrar suas forças em cima dos negociadores e nas bases eleitorais de cada constituinte. Contam também com a ajuda de cerca de 70 bispos do País inteiro que estão mandando telegramas para deputados e senadores alertando para os riscos de conflitos no campo se for aprovado o texto do Centrão.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco, garantiu que o lobby da UDR "não assusta ninguém. O que nos interessa é a expectativa da população. Nós vamos acompanhar essa votação de perto e o voto de cada parlamentar será levado para as suas bases. José Francisco e outras lideranças ligadas aos trabalhadores querem garantir no mínimo a aprovação do texto da reforma agrária aprovado na Comissão de Sistematização".

Perder no voto

Em uma reunião com os líderes de esquerda, ele defendeu a posição de que se não fosse possível um acordo que garantisse normas bem claras para a definição de propriedade produtiva, seria mais digno se perder no voto. Mais tarde, a Constituição poderia ser emendada.

A posição de José Francisco foi respaldada por Amilton Pereira,

membro da Comissão Pastoral da Terra. Segundo Amilton, alguns pontos têm que ficar bem claros na Carta, como a vinculação da propriedade à sua função social, a imissão imediata da posse, o pagamento da desapropriação por título da dívida pública e a fixação de um limite máximo da propriedade.

Amilton lembrou que as CPTs de todo o País estão mobilizadas acompanhando a votação. Nesse trabalho junto as bases entraram também cerca de 70 bispos, segundo Amilton. Ontem, o bispo de Vacaria, no Rio Grande do Sul, dom Orlando Dott, mandou um telegrama a todos os constituintes do Estado alertando: "A emenda do Centrão significa institucionalizar a violência brutal do latifúndio contra os trabalhadores. Todos os constituintes são responsáveis pela violência ou pela paz. O progresso de milhões de brasileiros está em vossas mãos (L.E.C.)."

Josemar Gonçalves



Francisco negocia com Covas

Plenário só produz super "pinga-fogo"

O Impasse gerado sobre a polêmica reforma agrária foi o bastante para transformar a sessão vespertina da Assembleia Nacional Constituinte, em uma monótona e improdutivo reunião semelhante à Câmara Municipal. As acirradas discussões constitucionais, reservadas ao restrito grupo de líderes que buscavam o acordo, cederam espaço no plenário para um interminável "pinga-fogo" de questões regionais e até pessoais, sendo computados mais de 50 pronunciamentos.

Alegando transtornos à classe produtiva, o deputado Paulo Marque (PFL-PE) pediu que o Banco Central, altere o funcionamento da rede bancária no município de Caruaru (PE).

O deputado Sérgio Spada (PMDB-PR) exigiu que a mesa da Constituinte interceda junto ao Ministério das Relações Exteriores em favor de 600 famílias de pequenos agricultores brasileiros que estão sendo expulsos das terras que adquiriram no Paraguai. Tito Costa (PMDB-SP) usou a tribuna para registrar a situação de penúria que atravessa a Escola Técnica Industrial Lauro Gomes, do município de São Bernardo do Campo, ao passo que Abigail Feitosa (PSB-BA) leu documento da Associação Baiana de Engenharia Sanitária denunciando discriminações por parte do ministro Prisco Vianna para com o Estado.

Crítica
O vice-presidente do PFL, deputado Dionísio Hage, apelou do plenário para que o governador Hélio Gueiros, do Pará, reconsidere sua decisão de demitir diretores de escolas públicas por terem apoiado a greve do magistério estadual. O deputado José Fernandes (PDT-AM), criticou a economista Maria da Conceição Tavares e outros responsáveis pela implantação do Plano Cruzado, que, a seu ver, desorganizou a economia nacional. Inúmeros constituintes ressaltaram, em seus discursos, a comemoração do Dia dos Taquígrafos, assim como a presença na tribuna de honra do ministro Abdel Rosa Al Jahia, integrante da delegação árabe do governo do Iraque e responsável pelo planejamento econômico e da educação da Organização de Libertação da Palestina (OLP). Por volta das 18h00, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, suspendeu a sessão e convocou uma matutina da Câmara dos Deputados, para hoje.

Jáder quer incluir Estatuto da Terra

O ministro Jáder Barbalho, da Reforma Agrária, apresentou ontem aos líderes do Centrão e do PMDB, através do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), proposta de reforma agrária a ser incluída na nova Constituição que restabelece o Estatuto da Terra, aprovado em 1964.

Segundo a sugestão, ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma função social de preservação do meio ambiente, justas relações de trabalho e bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

"O ministro me fez a cabeça e eu levei a proposta, que já é uma emenda, na reunião dos líderes", explicou o deputado Ronaldo César Coelho, que esteve ontem pela manhã com o ministro da Reforma Agrária.

Os progressistas fazem algumas restrições à proposição do Mirad. Não concordam com o dispositivo prevendo que a lei estabelecerá os critérios referentes às limitações e exclusões de áreas a serem desapropriadas. De acordo com o deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR), o dispositivo faz parte do Decreto-lei nº 2.363 que ele considera inconstitucional e que inviabiliza a desapropriação de terras produtivas.

Outra objeção das esquerdas refere-se ao item que estabelece um tratamento diferenciado às áreas de minifúndio. "Por uma questão de inifundia, a lei deverá fixar os critérios em relação tanto aos minifúndios como aos latifúndios", explicou Friedrich.